



SINDICATOS COBRAM DOS PATRÕES REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS



Os quatro sindicatos que estão fazendo a negociação conjunta da convenção coletiva de trabalho dos vigilantes encaminharam, sexta-feira (19), uma resposta à proposta do sindicato patronal (Sindesp), cobrando a reposição das perdas salariais da categoria dos últimos dois anos, entre outras cláusulas.

A correspondência ao Sindesp é assinada pelos presidentes do Sindivigilantes do Sul, Loreni dos Santos Dias, do Sindicato dos Vigilantes de São Leopoldo e Região, Moisés Francisco Moraes Machado, de Pelotas e Região, Marcelo Puccinelli Alves, e de Uruguaiana, Luis Carlos Corrêa da Silva.

As empresas estão propondo um reajuste salarial de 6,01%, mas isso sequer cobre a inflação de 2019 a 2021. Na sua contraproposta, os sindicatos requerem um aumento dos salários de 10,47% para, pelo menos, repor as perdas da categoria diante da inflação medida pelo INPC nos dois últimos anos.

No documento, elaborado com a assessoria jurídica, os presidentes rejeitam um conjunto de cláusulas apresentadas pelas empresas, por três motivos básicos:

- Há cláusulas que contrariam frontalmente as normas legais.

- Várias cláusulas da minuta apresentada pelas empresas já foram objeto de questionamentos judiciais, inclusive pelo Ministério Público do Trabalho, em ações anulatórias de convenções coletivas anteriores.

- Várias cláusulas trazem significativos prejuízos aos trabalhadores.

Quitação das perdas

Não foi aceita, entre outras, a quitação das diferenças salariais do passado da forma que os patrões propõem, sem cobrir a inflação do período. Pelo contrário, os sindicatos querem a reposição integral das perdas da categoria desde 2019. Inclusive, foi ajuizado dissídio na Justiça do Trabalho pelo Sindivigilantes do Sul neste sentido.

Sobre o vale-alimentação, os sindicatos apontam que há um congelamento do valor na proposta das empresas, pois querem passar o VA de R\$ 20,00 para R\$ 21,50, desconsiderando a inflação de 10,47% e que a cesta básica aumentou mais de 30% no mesmo período.

Em outro ponto, os presidentes ressaltam

que a convenção coletiva não pode negar, como querem as empresas, o direito dos trabalhadores de receberem a hora prorrogada noturna, quando trabalharem após as cinco horas da manhã.

Também consideram inaceitável a intenção dos patrões de exigir dos vigilantes que fiquem à disposição do empregador no final de semana para completar a jornada semanal. “Isto vem em especial prejuízo aos vigilantes que laboram em instituições financeiras”, assinalam.

Depois de apontar todos os problemas da

minuta enviada pelas empresas e apresentar sua contraproposta, os presidentes afirmam que é do seu “máximo interesse” dar andamento à negociação com a entidade patronal, até porque a categoria está sem recomposição salarial há dois anos.

Para mais informações do documento veja o link: <http://www.sindivigilantesdosul.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Of%C3%ADcio-ao-Sindesp-17032020.pdf>

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

DISTRITO FEDERAL

Deputado Chico Vigilante na briga pela vacinação dos trabalhadores das categorias essenciais



O deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante informou que, apesar do Brasil ter somente 2,7% da população mundial, o país liderou a mortalidade no mundo com 25% das mortes, na última semana. E, dentro deste tenebroso ranking, há categorias de trabalhadores que

são mais atingidas, como os vigilantes, garins, rodoviários, policiais e bombeiros, que são classificados como essenciais e não podem parar as atividades. O deputado informa que já encaminhou documento ao GDF para que essas categorias essenciais sejam incluídas como prioritárias para vacinação.

A INDICAÇÃO DOS VIGILANTES
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante - Gab 09
INDICAÇÃO Nº, DE 2021 (Autoria: Deputado Chico Vigilante)

Sugere ao Poder Executivo a inclusão dos trabalhadores de segurança privada (vigilantes) no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19 no Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo a inclusão dos trabalhadores de segurança privada (vigilantes) no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19 no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO Tendo em vista que o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, no qual inclui no art. 3º, parágrafo 1º, inciso III, as atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância como atividade essencial para o combate à pandemia, solicito que esses trabalhadores sejam incluídos no grupo prioritário de vacinação contra a COVID-19 no Distrito Federal. Como categoria essencial, esses trabalhadores estão na linha de frente no enfrentamento ao vírus, arriscando, diariamente, suas vidas e de suas famílias diante do alto nível de contágio do coronavírus. Portanto, encaminho a presente proposição, solicitando o empenho da autoridade responsável para o atendimento do pleito, a fim de consagrar o bem estar da população, reforçando os protocolos de combate ao coronavírus. Considerando a relevância da matéria e o interesse público por ele defendido, espero contar com o apoio do Poder Executivo na implementação da medida sugerida.

Sala das Sessões em, 22 de março de 2021.

CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA

Deputado Distrital

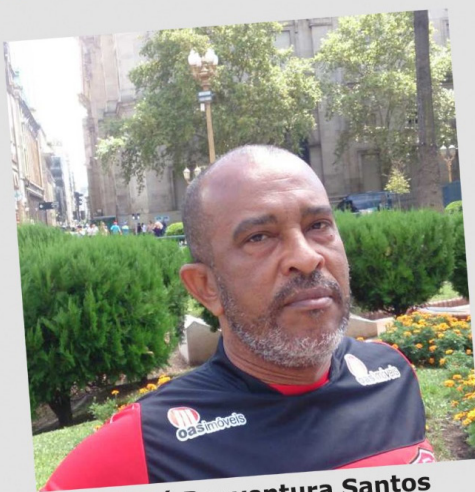
PETROPOLIS/RJ



Realização: Movimento Sindical de Petrópolis/ RJ

Inédito Reprise
Terça e quinta Segunda e sexta
15h30 às 16h 14h às 14h30
23/03
3ª feira, às 15h30

Canal 10 via Tech Cable @tvpetropoliscanal10
@tvpetropolis YouTube TV Petrópolis Canal 10



José Boaventura Santos
Presidente do Sind. Vigilantes da Bahia
e da Confederação Nacional dos vigilantes

**Confederação
Nacional dos
vigilantes**



Carla Coelho
Jornalista

@comunicacaolivre @comunicacaolivre e @carlacoelho.jornalista
(24) 99955-2730 YouTube Comunicação Livre

INFORMATIVO SINDIVIGILANTE

Na manhã do dia 22/03, os nossos Diretores estiveram presentes no IFS-Aracaju, para averiguar algumas denúncias por falta de pagamentos aos companheiros vigilantes que prestam serviços para aquela unidade.

Ao chegarem lá, os nossos Diretores foram informados que o coordenador da instituição estaria em reunião com os trabalhadores da Segurança (vigilantes), e que hoje, 23/03, às 08h00 da manhã, iriam receber os nossos Diretores. A pauta da reunião foi passada aos interessados, o motivo da ida dos nossos Diretores se deu devido as reclamações dos vigilantes que prestam serviços para o IFS, alegando a falta de pagamento e vale alimentação.

Mais uma vez a empresa PSE vigilância, falta com respeito e compromisso com os seus colaboradores. O nosso Sindicato estará acompanhando de perto toda essa situação, e tomará as devidas providências.

Unidos Somos Fortes!

FONTES: ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

Quarta-feira é dia de Lockdown Nacional da classe trabalhadora. Saiba onde tem atos

Será um dia de luta em defesa da vida, da vacina, do emprego e do auxílio emergencial e por “Fora Bolsonaro”



A CUT, demais centrais sindicais e as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo mobilizam toda a classe trabalhadora nesta quarta-feira (24), para o Lockdown Nacional – dia de luta em defesa da vida, da vacina, do emprego e do auxílio emergencial de R\$ 600 reais para

desempregados e informais. Confira no final do texto onde já tem ato marcado e o que as principais categorias profissionais vão fazer em suas bases.

Para o presidente da CUT, Sérgio Nobre, no dia 24 é preciso pensar porque mais de duas mil pessoas estão morrendo por dia vítimas da Covid-19 e o Governo Federal ainda não criou sequer um comando nacional de combate à doença, não tem vacina em número suficiente para imunizar toda a população e, depois de três meses, Jair Bolsonaro prometeu apenas para o mês que vem um novo auxílio emergencial em valor menor, para menos pessoas, que não garante a sobrevivência da população durante o isolamento e a pandemia, pontua.

Essa data tem que servir para orientar e chamar a população a refletir porque essa tragédia está acontecendo no Brasil.- Sérgio Nobre

“O povo tem de saber que a falta de governo e a inexistência de planejamento central são responsáveis por essa crise sanitária, social e econômica que vivemos”, completa o dirigente.

A falta das políticas sanitárias e econômicas obriga a classe trabalhadora a ir para as ruas em busca de dinheiro para sobreviver e, com isso, se aglomerar nos locais de trabalho, no transporte coletivo, nas estações de trem e metrô e nos terminais e pontos de ônibus, ficando expostas à contaminação e morte.

Enquanto isso, o presidente da República, que tem a obrigação de conduzir o país protegendo a população, a economia, o emprego e a renda, garantindo a sobrevivência, preservando a vida dos cidadãos e cidadãs, permanece inerte tanto no comando da economia quanto no enfrentamento à pandemia, além de sabotar medidas decretadas pelos governadores para reduzir as taxas de contaminação e de mortes.

Dia 24 é dia de ficar em casa protestando

Para a CUT e organizadores do dia de mobilização, o Lockdown Nacional é necessário para alertar as autoridades de todos os Poderes do país e os empresários de que algo precisa ser feito urgentemente.

É dia de o trabalhador ficar em casa e não trabalhar, mesmo que esteja em home office, para deixar claro seu protesto contra a situação caótica em que o Brasil está, para cobrar do governo federal, deputados e senadores vacina já para todos e todas, auxílio emergencial decente, e políticas de proteção e geração de emprego e renda.

Representantes dos trabalhadores e dos movimentos sociais estão organizando atividades em diversas cidades do país, sempre respeitando o distanciamento social. Serão feitas panfletagens em praças públicas, terminais de ônibus, trens e metrô, carros de som com mensagens de alerta ao povo brasileiro; atos simbólicos; audiências públicas, além de carreatas mobilização nas redes sociais.

Confira onde tem atos marcados

Ceará

Fortaleza: Serão colados em locais públicos os lambe-lambes com os preços dos alimentos, da gasolina e do gás de cozinha, conforme card em anexo.

Distrito Federal

Brasília: haverá colagem de cartazes em locais de grande circulação; carros de som circulando durante o dia e ação solidária com entrega de cestas básicas à população carente.

Mato Grosso do Sul

Campo Grande e cidades do interior: sindicatos colocarão carros de som pelos bairros, fixação de outdoors e faixas em locais de grande circulação, além e mobilização pelas redes sociais, denunciando o genocídio do governo de Bolsonaro e realizando um “memorial virtual” com nomes de trabalhadores falecidos, vítimas da Covid-19.

Minas Gerais

Belo Horizonte: haverá colagem de “lambe-lambe” (cartazes adesivos de pequeno porte) por toda a cidade, com o mote “Bolsocaró”; carro de som nas periferias, com mensagens sobre o auxílio emergencial, a carestia e “Fora Bolsonaro”; colocação de faixas “Vacina para todos” em praças e locais de grande circulação; e mobilização pelas redes sociais.

Rio Grande do Sul

Porto Alegre: colocação de faixas em passarelas e viadutos, a partir das 6h30 e ato simbólico em frente ao Palácio Piratini às 10h.

Sergipe

Aracaju: protesto em frente à Prefeitura Municipal (Rua Frei Luis Canelo de Noronha) para cobrar mais medidas de proteção contra a Covid-19. O protesto terá número restrito de manifestantes para respeitar o distanciamento social.

Edição: Marize Muniz

FONTE: CUT - André Accarini

Nota da CUT: Não à fome e à morte! pelo auxílio emergencial de R\$ 600

Dia 24 é dia de ficar em casa em protesto contra o desgoverno Bolsonaro, que abandonou os trabalhadores e trabalhadoras a própria sorte. É dia de lockdown da classe trabalhadora



Na quinta-feira (18), dia em que morreram 2.659 brasileiros e brasileiras por complicações causadas pela Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) editou a Medida Provisória (MP) nº 1.039/2021, que determina uma nova fase do auxílio emergencial reduzindo o valor pago no ano passado, de R\$ 600, para apenas R\$ 250 e o número de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e informais com direitos ao benefício.

O governo também reduziu o valor recebido pelas mulheres chefes de família de R\$ 1.200 para R\$ 375 e as cotas individuais de R\$ 600 para R\$ 150,00. E, mesmo com valores absolutamente insuficientes para uma pessoa sobreviver, Bolsonaro reduziu o número de cotas por família de 2 para apenas 1 cota, ou seja, apenas R\$ 250 por família. Como se não bastasse, incluiu critérios de renda, para reduzir o público que terá acesso ao benefício que será de apenas quatro parcelas.

De forma cruel, o governo Bolsonaro condena as classes populares a viverem na miséria e a passarem fome no momento em que o país enfrenta a segunda onda da pandemia, com média diária acima de 2.000 mortos.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro mantém sua postura negacionista, provocando aglomerações e sabotando as medidas de isolamento social decretadas por governadores e prefeitos que tentam reduzir as altas taxas de contaminações e mortes. Nos hospitais faltam leitos de enfermarias e de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), medicamentos, oxigênio e insumos para tratar os pacientes. O colapso do sistema de saúde se espalhou pelo país e a classe trabalhadora é a mais atingida.

Para a CUT, é urgente um efetivo lockdown que amplie o isolamento social para pôr fim a esta tragédia e acabar com o sofrimento e as mortes promovidas por esse genocídio contra o povo brasileiro.

A direção Executiva Nacional da Central, considera que o auxílio emergencial, dentre outras medidas, é fundamental para assegurar condições básicas de sobrevivência de milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e informais para que eles possam ficar em casa.

E razões para isso não faltam. Somada à tragédia provocada pela pandemia, o desemprego bate recordes históricos e hoje atinge 13,9 milhões de pessoas. Grande parte de quem ainda trabalha, enfrenta a informalidade

e trabalhos precários.

A inflação também disparou. Em um ano, os alimentos aumentaram 15,17%. Os produtos mais consumidos pelas famílias de trabalhadoras e trabalhadores chegaram a aumentar mais de 23% em 12 meses.

Esse é o resultado da política econômica desastrosa do governo. Bolsonaro que causou a maior queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 30 anos, aumentou a fome, a pobreza e o desemprego.

Recursos para investir na proteção da população existem!

O movimento sindical apresentou diversas propostas de como financiar políticas de proteção à renda dos trabalhadores e trabalhadoras, ao emprego e à vida. Mas o governo Bolsonaro prefere deixar os trabalhadores e trabalhadoras passando fome para agradar o mercado financeiro e para manter formas de drenar os recursos públicos para o setor privado, com as reformas neoliberais e as privatizações.

A CUT reafirma sua posição pela manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 sem critérios que excluam todos e todas que precisam de proteção nesse momento.

A CUT convoca todos os Sindicatos filiados para mobilizarem os trabalhadores e trabalhadoras, formais e informais, contra a ação destruidora do governo Bolsonaro.

Neste sentido, a CUT orienta todos os Sindicatos filiados a ampliar a organização e mobilização para o lockdown dos trabalhadores do dia 24 de março! Nesse dia, todos os trabalhadores e trabalhadoras devem ficar em casa em protesto contra o abandono promovido pelo governo e demonstrar a preocupação com o avanço da pandemia.

Fora Bolsonaro!

Auxílio emergencial de R\$600!

Vacina para todos já!

Executiva Nacional da CUT

Escolha de Bolsonaro para comando do BB desagrada conselheiros

Condução de Fausto Ribeiro para a presidência do banco deve desencadear baixa no Conselho de Administração



Bolsonaro está prestes a abrir uma crise no Conselho de Administração do Banco do Brasil. O mal-estar teve início, no começo de março, com a saída de André Brandão da presidência da instituição. Agora, deve se aprofundar caso o presidente da República siga em frente na decisão de nomear Fausto Ribeiro para o cargo.

A informação é do Valor Econômico. O jornal apurou que três conselheiros do BB, que entrevistaram Ribeiro, o consideraram “inadequado para o cargo”. São eles Hélio Magalhães, presidente do colegiado, e José Guimarães Monforte – os dois membros independentes indicados pelo Ministério

da Economia – e Luiz Serafim Spinola Santos, coordenador do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, este último conselheiro independente indicado pelos acionistas minoritários.

A indicação de Fausto Ribeiro pegou os conselheiros de surpresa. Nos corredores do BB a avaliação é que o nome foi escolhido por eliminação. Ribeiro é simpatizante das ideias bolsonaristas e nunca ocupou cargos relevantes no banco durante os governos do PT.

Vale destacar que a aprovação de um presidente para o banco, por parte dos conselheiros independentes, não assegura a permanência do Banco do Brasil público e seu papel positivo como investidor da indústria e do agronegócio. O Conselho de Administração é formado por oito membros, cinco indicados pelo Ministério da Economia, um eleito pelos empregados do Banco do Brasil e dois eleitos pelos acionistas minoritários.

“Apesar de serem chamados de ‘conselheiros independentes’, os indicados pelo Ministério da Economia e acionistas minoritários estão atuando em favor da reestruturação, corte de funcionários e fechamento de agências, com o objetivo máximo de resultado no curto prazo, colocando em perigo a sustentabilidade do Banco do Brasil. Por outro lado, o governo Bolsonaro não esconde, desde o início da

sua gestão, o objetivo de desmontar e vender o Banco do Brasil”, explica o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), João Fukunaga.

“A exemplo da Petrobras, eles estão mirando no lucro em detrimento da instituição, que vem perdendo terreno em várias áreas de atuação no setor bancário. Tanto acionistas quanto o governo Bolsonaro só querem maximizar seus ganhos”, pondera Fukunaga.

No início de março, o conselho de administração do banco defendeu a permanência de Brandão. Um dos conselheiros independentes do colegiado, Paulo Roberto Evangelista de Lima, chegou a falar da possibilidade de renunciar, dependendo de quem substituísse o então presidente do BB.

Brandão já havia manifestado desconforto com as decisões do governo, afirmando que seguiria no cargo se tivesse liberdade. Seu anúncio de desligamento aconteceu logo após a interferência de Bolsonaro na Petrobras e a manifestação de que faria o mesmo em outras estatais.

A nomeação do presidente de bancos estatais é exclusiva do presidente da República. O Ministério da Economia anunciou a indicação de Ribeiro logo após André Brandão confirmar sua saída, na semana passada.

FONTE: CONTRAF

Auxílio emergencial compra meio bife, meio copo de leite, três colheres de arroz

“Com valor baixo e menor alcance, o benefício foi reduzido a um patamar mínimo, que sequer garante a alimentação básica da população”, aponta o Dieese



Dieese observa que alto número de necessitados de proteção reflete políticas dos últimos anos: baixo crescimento, desestruturação do mercado e desregulamentação

Reprodução/Montagem RBA

Um ano depois do início da pandemia, sem qualquer sinal de controle do coronavírus e no meio da chamada segunda onda da covid-19, o governo decidiu piorar as condições do auxílio emergencial. Isso “se refletirá no agravamento da crise econômica e social”, alerta o Dieese, em análise sobre a volta do pagamento do auxílio, depois de quatro meses. A medida será tomada em cenário de aumento “do desemprego, da

informalidade, dos preços, particularmente dos alimentos, das contas públicas e do gás de cozinha”. O Dieese observa ainda que uma simples comparação entre o valor do benefício e o custo da cesta básica “revela o quanto o montante é insuficiente”.

Na primeira fase do programa, o auxílio foi fixado em R\$ 600. Valor, aponta o instituto, estipulado para pelo menos garantir algum nível de segurança alimentar à população. Quase 70 milhões de pessoas foram atingidas nesse período. Um ano atrás, a cesta básica na maioria das capitais pesquisadas estava acima de R\$ 500. Agora, custa mais de R\$ 600, enquanto o governo decidiu reduzir o benefício para R\$ 250.

Assim, com esse novo valor, o poder de compra de uma família composta por quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) se reduz consideravelmente. Nos cálculos feitos pelo Dieese, por exemplo, isso equivale a menos de meio bife por dia, menos de meio copo de leite, uma concha e meia de feijão e três colheres de arroz. Mais um tomate, meia batata e um pãozinho e meio. E uma banana.

Insegurança alimentar

“Como facilmente se conclui dos dados, o novo auxílio não terá a menor condição de garantir segurança alimentar”, observa o Dieese. “Por isso, pode-se considerar que este auxílio é de fome.”

No início, o auxílio beneficiou 68.490.307 pessoas, lembra o instituto. O desembolso foi de R\$ 294,2 bilhões. O Dieese cita dados do Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

Dataprev para informar que 38,2 milhões dos beneficiários eram trabalhadores informais. E 19,2 milhões, do Programa Bolsa Família, além de 10,5 milhões vinculados ao Cadastro Único de programas sociais do governo.

Resultado de escolhas econômicas

“Outro número relevante é que o programa beneficiou cerca de 37,3 milhões de mulheres (55%). Desse total, quase um terço eram provedoras de família monoparental”, aponta o Dieese. “O grande número de pessoas que precisou desta proteção está diretamente ligado às escolhas econômicas e políticas dos últimos anos: baixo crescimento, forte desregulamentação dos direitos trabalhistas, redução dos serviços públicos e desestruturação do mercado de trabalho e de políticas de transferência de renda em nome de medidas neoliberais.”

Além disso, mesmo o auxílio de R\$ 600 só foi obtido, observa o instituto, com pressão social e da oposição no Congresso Nacional. O governo queria pagar apenas R\$ 200. Já nos quatro últimos meses de 2020, o valor caiu para R\$ 300. Agora, com a Medida Provisória (MP) 1.039, foi fixado o valor de R\$ 250, em quatro parcelas. Com a imposição de regras que reduzem a quantidade de pessoas que terão direito ao benefício.

Em nota técnica de 2020, o Dieese argumentou que “há uma diversidade de fontes que podem compor o financiamento das políticas de proteção à economia, à renda e ao trabalho e à vida”.

FONTES: RBA - Vitor Nuzzi

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF